

CFESS Manifesta

6º Encontro Nacional Serviço Social e a Seguridade Social que Defendemos!

Brasília (DF), 31 de março a 2 de abril de 2023

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)



www.cfess.org.br

DEFENDEMOS A SEGURIDADE SOCIAL PÚBLICA E ESTATAL!

Chegamos à 6ª edição de um Encontro que se tornou histórico não só para o Serviço Social, mas para movimentos sociais e para toda a sociedade: a Seguridade Social que defendemos é ampla, pública, universal, redistributiva, participativa e democrática!

Resultado de deliberação do Conjunto CFESS-CRESS, o 6º Encontro Nacional de Serviço Social e a Seguridade Social que defendemos, que ocorre em Fortaleza (CE) entre os dias 31 de março e 2 de abril de 2023, compõe uma série histórica de eventos sobre o tema, que começou em 1997, em Belo Horizonte (MG) e teve sua última edição em 2015, na mesma cidade.

A conjuntura que vivemos é outra desde a última edição do nosso Encontro: a crise capitalista agora tem outros contornos, intensificada pela gravidade da pandemia de Covid-19 e seus impactos sanitários, ambientais, sociais, econômicos e políticos. Soma-se a isso o resultado de um aprofundamento de uma política neoliberal e de um governo antidemocrático de extrema-direita dos últimos anos que, se não fosse derrotado nas urnas em 2022, seguiria seu projeto de destruição das políticas sociais e do Estado brasileiro, com ataques aos direitos sociais, humanos e trabalhistas.

Só na pandemia foram mais de 700 mil vidas perdidas em razão de uma política genocida que se recusou a adotar as medidas para mitigação, arrefecimento e/ou combate aos efeitos da crise sobre a classe trabalhadora. E sentimos isso na pele - especialmente as mulheres, população negra e indígena - como fomos impactadas em nossas vidas, nos nossos trabalhos e no atendimento a toda a população. Se não fossem as políticas sociais e os equi-



pamentos públicos - ainda que alvo constante de sucateamento e falta de investimento - o número de mortes no país seria ainda maior.

No Brasil de cenário de terra arrasada, depois de anos de ataques, cortes e desmontes em todas as políticas e direitos sociais, sabemos que podemos e devemos reivindicar mais daquilo que o novo governo, democrático e de frente ampla, propõe. Nós, assistentes sociais, trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, temos muito a contribuir neste processo.

Assistimos a alguns avanços, frutos da mobilização popular, como a ampliação do valor das bolsas de pós-graduação, o retorno do bolsa família e a criação do departamento de saúde mental. Mas, na contramão do que defendemos, vemos também a manutenção de retrocessos históricos, reforçados pela criação do Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas, pela restrição da composição da comissão nacional de residências e, ainda, pela restrição do acesso a benefícios previdenciários e assistenciais operacionalizados pelo INSS.



Tais contradições só reforçam nossa tarefa, já que o nosso Projeto ético-político profissional aponta para e defende um modelo de Seguridade Social como um padrão de proteção social amplo, universal, redistributivo, de responsabilidade estatal. Diz a Elaine Behring, durante o 5º Encontro de Serviço Social, em 2015, sobre a Carta de Maceió, documento histórico do Conjunto CFESS-CRESS dos anos 2000: “A Carta esboça uma compreensão para além da cidadania formal como patamar de emancipação política nos marcos da ordem burguesa retardatária e dependente, como é o caso do Brasil. Uma agenda estratégica da luta democrática e popular, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária”.

O tamanho do nosso 6º Encontro de Serviço Social e Seguridade Social aponta, na mesma proporção, o desafio que temos pela frente. Temos três mesas conjunturais e doze plenárias simultâneas, que passam por temas como assistência social, saúde, previdência social, saúde mental, questão ambiental, questão urbana, educação, sóciojurídico, diversidade, anticapacitismo, comunicação e cultura e outros que atravessam nosso cotidiano profissional.

Quais os desafios para o exercício de um trabalho profissional comprometido

do com a ampliação dos direitos e com o fortalecimento das possibilidades de ação coletiva em busca de melhores condições de vida e de trabalho para nossa categoria e para toda a classe trabalhadora?

Sabemos que o alcance das nossas ações, dos objetivos profissionais e do conteúdo das requisições direcionadas a nossa categoria tem marcas do passado recente, reconfigurando demandas históricas e perfazendo novos desafios, relativos ao trabalho precarizado, à mediação de novas tecnologias (TICs), à relação com chefias, profissões e usuárias/os, e outras dimensões das condições éticas e técnicas de trabalho.

Não vamos encontrar soluções ou respostas fáceis, mas construir caminhos e estratégias coletivas de ação. As diversas comissões do CFESS e dos CRESS têm se comprometido em debater e responder às variadas demandas de assistentes sociais de todo o país, que trabalham diretamente com a população em diferentes espaços e políticas sociais.

Desejamos que esse 6º Encontro seja também uma referência para nossa profissão. Que sigamos na defesa da concepção da Seguridade Social que incorpore, de fato, as políticas de saúde, previdência

social, assistência social, educação, moradia, alimentação, trabalho, lazer, segurança, transporte e cultura, entre outras.

Pensar e debater tais temas contribui para prestarmos serviços com qualidade à população, como afirma nosso Código de Ética, e para buscarmos a melhoria das condições de trabalho da categoria de assistentes sociais e de um exercício profissional referenciado no Projeto Ético-político profissional.

Como diz a Carta de Maceió, “a Seguridade Social é, sobretudo, um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil, de organização da classe trabalhadora. Um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica. Que exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre classes e segmentos de classe, que interferem nas decisões em cada conjuntura. Que força a construção de proposições que se contraponham às reações das elites político-econômicas do país, difusoras de uma responsabilização dos pobres pela sua condição, ideologia que expressa uma verdadeira indisposição de abrir mão de suas taxas de lucro, de juros, de sua renda da terra”.

Vamos à luta, assistentes sociais!

ALGUMAS BANDEIRAS E ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DA PROTEÇÃO SOCIAL COM DIREITOS QUE CONSIDEREM AS PERSPECTIVAS DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO.

1. Revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que retira direitos e empurra ampla parcela da população brasileira para a desproteção social e a miséria;
2. Ampliação dos investimentos nas políticas sociais constitutivas da Seguridade Social;
3. Implementação da Lei 13.935/2019, que garante a inserção do Serviço Social e da Psicologia nas redes públicas de educação básica;
4. Defesa dos serviços públicos e valorização dos/as trabalhadores/as das políticas da Seguridade Social e concursos públicos para recomposição do quadro;
5. Defesa da Seguridade Social e garantia da universalização do acesso às redes SUS e SUAS nos estados por meio da expansão do cofinanciamento aos municípios e implantação de serviços especializados no interior do estado;
6. Defesa e valorização da Previdência Social pública, com ampliação do acesso aos benefícios e serviços previdenciários e garantia do atendimento gratuito e de qualidade à população;
7. Defesa e fortalecimento do SUAS com ampliação de serviço e garantia de políticas de enfrentamento à fome e à pobreza;
8. Ampliação dos benefícios estaduais de transferência de renda, particularmente, aos segmentos mais vulneráveis;
9. Fortalecimento do controle social democrático e garantia de espaços permanentes com a participação popular;
10. Investimento público em educação permanente, que tenha como mote central a construção coletiva com a população usuária.

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)